

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Fundamentos

- 1.1 Definição de contabilidade
 - 1.1.1 Conceito inicial de patrimônio
 - 1.1.2 Definição de contabilidade
 - 1.1.3 Definição de entidade
- 1.2 Conceito de patrimônio e seus componentes
 - 1.2.1 Conceito de direito e crédito
 - 1.2.2 Definição de patrimônio para a contabilidade
 - 1.2.3 Contabilidade e sistema de informação
 - 1.2.4 Tipos de bens
 - 1.2.5 Tipos de direitos
 - 1.2.6 Tipos de obrigações
 - 1.2.7 Conceito de controle contábil: contagem e classificação
 - 1.2.8 Conceito de controle contábil: mensuração econômica
 - 1.2.9 Meio de registro: a conta contábil
 - 1.2.10 Bens de uso e consumo: zona cinzenta
 - 1.2.11 Contabilidade como ciência
- 1.3 Conceito de patrimônio líquido
 - 1.3.1 Mensuração econômica dos elementos patrimoniais
 - 1.3.2 Definição de patrimônio líquido
 - 1.3.3 O significado contábil e econômico do patrimônio líquido
 - 1.3.4 Patrimônio líquido e conceito de tamanho de riqueza
 - 1.3.5 Teorias sobre o patrimônio líquido
- 1.4 Equação fundamental da contabilidade e de equilíbrio contábil: ativo e passivo
 - 1.4.1 Equação de equilíbrio patrimonial
 - 1.4.1.1 Equilíbrio patrimonial
 - 1.4.2 Ativo e passivo
 - 1.4.2.1 Ativo numa empresa comercial
 - 1.4.3 Balanço patrimonial
 - 1.4.4 Definição de balanço patrimonial
 - 1.4.5 Situação líquida e situações patrimoniais
 - 1.4.6 Estabilidade absoluta

- 1.4.7 Estabilidade relativa
- 1.4.8 Nula ou equívoca
- 1.4.9 Insolvência relativa
- 1.4.10 Insolvência absoluta
- 1.5 Fatos contábeis, eventos econômicos e variações patrimoniais
 - 1.5.1 Eventos econômicos e transações
 - 1.5.2 Fatos permutativos
 - 1.5.3 Fatos modificativos
 - 1.5.4 Fatos modificativos: despesas e receitas
- 1.6 Balanço patrimonial como origens e aplicações de recursos e definições técnicas
 - 1.6.1 Investimentos e financiamentos
 - 1.6.2 Capital próprio e de terceiros: ativo fixo e capital de giro
 - 1.6.3 Origem do capital social
 - 1.6.4 Composição básica do patrimônio líquido
 - 1.6.5 Definições técnicas de ativo, passivo, despesas, receitas e patrimônio líquido: CPC 00
- 1.7 Introdução aos princípios contábeis: regras básicas de contabilização
 - 1.7.1 Princípios básicos: denominador comum monetário e custo como base de valor
 - 1.7.2 Regime de competência e regime de caixa: apuração do lucro empresarial
 - 1.7.3 Regime de competência e fato gerador
 - 1.7.4 Princípio do regime de competência de exercícios
 - 1.7.5 O porquê da adoção do regime de competência
- 1.8 Aspectos contratuais – relação agente e principal
 - 1.8.1 Teoria da agência
 - 1.8.2 Governança corporativa
 - 1.8.3 Papéis característicos
 - 1.8.4 Consequências da adoção da governança corporativa
 - 1.8.5 Lei Sarbanes-Oxley

Capítulo 2 – **ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

- 2.1 Objetivo
- 2.2 A metodologia contábil

- 2.2.1 Identificação das transações
- 2.2.2 Método de registro
- 2.2.3 O que vem a ser conta contábil
- 2.2.4 Mensuração do valor monetário e critérios de atribuição de valor
- 2.2.5 Classificação das contas contábeis
- 2.2.6 Estruturação de relatórios contábeis
- 2.2.7 Resumo da metodologia contábil
- 2.3 Conceito e função da conta contábil
 - 2.3.1 Definição de conta contábil
 - 2.3.2 Conta contábil: função e classificações
 - 2.3.3 Contas patrimoniais, de resultado e de apuração
 - 2.3.4 Contas analíticas e sintéticas
- 2.4 Teorias sobre as contas
- 2.5 Estrutura e sistema das contas: plano de contas
 - 2.5.1 Definição de plano de contas
 - 2.5.2 Referências para estruturar um plano de contas
 - 2.5.3 Codificação do plano de contas
 - 2.5.4 Departamentalização e centros de custos ou despesas
 - 2.5.5 Aspectos legais e gerenciais das contas
- 2.6 O método das partidas dobradas: débitos e créditos
 - 2.6.1 Método das partidas dobradas como relação de causa e efeito
 - 2.6.2 O porquê das nomenclaturas débito e crédito, devedor e credor
 - 2.6.3 Por que as despesas são débitos e as receitas créditos?
 - 2.6.4 Como surge a conta do resultado do período
 - 2.6.5 Como surgem as contas de despesas e receitas
 - 2.6.6 Surgimento da segunda demonstração contábil: a demonstração do resultado do período
 - 2.6.7 A necessidade do encerramento das contas de resultado
 - 2.6.8 Da conta resultado do período para a conta de lucros ou prejuízos acumulados
 - 2.6.9 Regras gerais da escrituração pelo método das partidas dobradas
- 2.7 Forma de escrituração contábil: o lançamento contábil
 - 2.7.1 Introdução ao lançamento contábil
 - 2.7.2 Documento hábil: a base legal para justificar o lançamento contábil
 - 2.7.3 Tipos de lançamentos contábeis

- 2.7.4 Lançamento contábil por balanços sucessivos
- 2.7.5 Lançamento contábil por débito e crédito
- 2.7.6 Contas de despesas e receitas
- 2.7.7 A diferença entre ativos (investimentos) e despesas
- 2.8 Os livros contábeis obrigatórios
 - 2.8.1 O porquê do livro razão
 - 2.8.2 Escrituração do livro diário
 - 2.8.3 Escrituração do livro razão
 - 2.8.4 Razão simplificado: a Conta Tê
 - 2.8.5 Balancete de verificação
 - 2.8.6 Livros auxiliares
 - 2.8.7 A legislação sobre a escrituração contábil
 - 2.8.8 Guarda e apresentação dos livros contábeis
- 2.9 Relatórios contábeis básicos
 - 2.9.1 A apuração do resultado do período
 - 2.9.2 Do balancete de verificação ao balanço patrimonial
 - 2.9.3 Do balancete de verificação à demonstração do resultado do período
- 2.10 Classificação oficial das contas do balanço patrimonial: introdução
- 2.11 Erros de escrituração e suas correções
 - 2.11.1 Estorno
 - 2.11.2 Lançamento correto
 - 2.11.3 Lançamento retificativo
 - 2.11.4 Lançamento complementar
 - 2.11.5 Lançamento de transferência
 - 2.11.6 Ressalva
 - 2.11.7 Omissão de lançamentos
 - 2.11.8 Duplo registro
- 2.12 Conciliação de lançamentos contábeis
- 2.13 lançamentos de compensação

Capítulo 3 – Princípios, práticas contábeis e estrutura legal brasileira

- 3.1 Normatização contábil legal
- 3.2 Introdução aos princípios e práticas contábeis
 - 3.2.1 Princípios contábeis geralmente aceitos: conceituação

- 3.2.2 Postulados contábeis
- 3.2.3 Princípios contábeis
- 3.2.4 Convenções contábeis
- 3.3 Postulados e princípios contábeis
 - 3.3.1 O postulado da entidade
 - 3.3.2 O postulado da continuidade
 - 3.3.3 O princípio do custo como base de valor
 - 3.3.4 O princípio da realização da receita
 - 3.3.5 O princípio da confrontação das despesas com as receitas
 - 3.3.6 O princípio da competência de exercícios
 - 3.3.7 Reconhecimento
 - 3.3.8 Mensuração no reconhecimento inicial
 - 3.3.9 Mensuração após o reconhecimento
 - 3.3.10 Evidenciação ou divulgação
- 3.4 Princípios fundamentais de contabilidade aprovados pelo CFC
 - 3.4.1 Estrutura teórica dos princípios contábeis
- 3.5 Práticas contábeis
 - 3.5.1 Os conceitos de valor
 - 3.5.2 Valor contábil
 - 3.5.3 Valor de mercado
 - 3.5.4 Valor econômico
 - 3.5.5 Introdução aos ajustes do custo ao valor de mercado
 - 3.5.6 O conceito de perda de valor (*impairment*)
 - 3.5.7 O conceito de valor justo (*fair value*)
 - 3.5.8 Ajuste a valor presente
- 3.6 Contabilização das receitas
 - 3.6.1 Momento do reconhecimento da receita
 - 3.6.2 Mensuração do valor da receita
 - 3.6.3 Critérios para reconhecimento da receita
 - 3.6.4 Contratos de execução de obras ou serviços especificados pelo cliente
 - 3.6.5 Receitas de juros
- 3.7 Ampliando seus conhecimentos
 - 3.7.1 Princípios contábeis geralmente aceitos

- 3.7.2 Integridade, objetividade e ética na empresa
- 3.7.3 Conceito de entidade contábil
- 3.7.4 O conceito de custo
- 3.8 Estrutura conceitual básica para as práticas contábeis brasileiras
 - 3.8.1 Estrutura conceitual básica: CPC 00
 - 3.8.2 Deliberação CVM n. 539 de 14/03/2008
 - 3.8.3 Principais conceitos do CPC 00 fundamentais para estruturação das demonstrações contábeis
 - 3.8.3.1 Introdução
 - 3.8.3.2 Alcance
 - 3.8.3.3 Características qualitativas da informação contábil-financeira útil
 - 3.8.3.4 Elementos das demonstrações contábeis: conceitos e definições
 - 3.8.3.5 Reconhecimento dos elementos nas demonstrações contábeis
 - 3.8.3.6 Mensuração dos elementos das demonstrações contábeis
 - 3.8.4 Demonstrações financeiras ou contábeis
- 3.9 Leis 6.404/1976, 11.638/2007, 11.941/2009 e 12.973/2014: a nova estrutura contábil brasileira
 - 3.9.1 Entidades oficiais reguladoras da contabilidade brasileira
 - 3.9.2 O CPC
 - 3.9.3 Ibracon
 - 3.9.4 Agências reguladoras, Banco Central e Susep
- 3.10 Documentos emitidos pelo CPC
 - 3.10.1 Pronunciamentos técnicos do CPC
 - 3.10.2 Interpretações técnicas
 - 3.10.3 Orientações técnicas
- 3.11 Empresas de grande porte e pequenas e médias empresas
 - 3.11.1 Empresas de grande porte
 - 3.11.2 Pequenas e médias empresas
 - 3.11.3 Diferenças entre o CPC PME e o conjunto dos CPCs
 - 3.11.4 As responsabilidades da administração da entidade e do auditor independente
 - 3.11.5 Responsabilidades da administração da entidade
 - 3.11.5.1 Dever de diligência

- 3.11.5.2 Dever de lealdade
- 3.11.5.3 Conflito de interesses
- 3.11.5.4 Dever de informar
- 3.11.5.5 Responsabilidade dos administradores
- 3.11.5.6 Ação de responsabilidade
- 3.11.6 Conselho fiscal
 - 3.11.6.1 Composição e funcionamento
 - 3.11.6.2 Competência
 - 3.11.6.3 Pareceres e representações
 - 3.11.6.4 Deveres e responsabilidades
- 3.11.7 Auditor independente ou auditoria externa
- 3.11.8 Normas do auditor independente
- 3.11.9 O parecer do auditor independente

Capítulo 4 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BÁSICAS: UMA INTRODUÇÃO

- 4.1 Objetivo
- 4.2 Apuração do lucro na venda de mercadorias: o principal evento de uma empresa comercial
- 4.3 Depreciação: uma despesa econômica que deve ser registrada
 - 4.3.1 Definição e objetivo da depreciação
 - 4.3.2 Depreciação como despesa
 - 4.3.3 Depreciação contábil *versus* depreciação tributária: despesa estimada
 - 4.3.4 Contabilização da depreciação
- 4.4 Demonstrações contábeis básicas: exemplo numérico de estruturação
 - 4.4.1 Principais eventos econômicos de uma empresa comercial
 - 4.4.2 Balanço patrimonial inicial
 - 4.4.3 Identificação dos débitos e créditos dos lançamentos contábeis
 - 4.4.4 Lançamentos em razão conta Tê
 - 4.4.5 Balancete de verificação
 - 4.4.6 Apuração do resultado do exercício
 - 4.4.7 Encerramento das contas de resultados: a conta de lucros e perdas
 - 4.4.8 Levantamento do balanço patrimonial no final do exercício
 - 4.4.9 Demonstração do resultado do exercício

Capítulo 5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS: ESTRUTURA E CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

- 5.1 Objetivo
 - 5.1.1 Objetivo das demonstrações contábeis
 - 5.1.2 Usuários dos relatórios contábeis
 - 5.1.3 CPC 26 (R1): apresentação das demonstrações contábeis
 - 5.1.4 Conjunto completo das demonstrações contábeis
 - 5.1.5 Obrigatoriedade de apresentação segundo a legislação brasileira
- 5.2 Balanço patrimonial
 - 5.2.1 Estrutura de apresentação
 - 5.2.2 Conceitos de circulante, curto prazo e longo prazo
 - 5.2.3 Conceito de não circulante
 - 5.2.4 Quando definir bens do ativo não circulante
 - 5.2.5 Quando definir direitos e obrigações do não circulante
 - 5.2.6 Elementos patrimoniais que devem ser classificados no não circulante
- 5.3 Novos conceitos de avaliação
 - 5.3.1 Valor justo (*fair value*)
 - 5.3.2 Valor justo para reduzir ou aumentar ativos
 - 5.3.3 Valor justo de mercado
 - 5.3.4 Valor justo em uso calculado pelo fluxo de caixa descontado
 - 5.3.5 Critérios e elementos do fluxo de caixa e valor em uso constante do CPC 01 – Redução ao valor recuperável dos ativos
 - 5.3.6 Provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)
 - 5.3.7 Redução ao valor recuperável de ativos
 - 5.3.8 Valor de mercado e valor em uso: utilizar o maior
 - 5.3.9 *Impairment* – Redução ao valor recuperável de ativos
 - 5.3.10 Ajuste a valor presente
- 5.4 Critérios de avaliação do ativo e passivo
 - 5.4.1 Critério geral de apuração do custo de aquisição de ativos
 - 5.4.2 Critérios de avaliação aplicados aos elementos do balanço patrimonial
 - 5.4.3 Resumo dos critérios de avaliação dos elementos do balanço patrimonial
- 5.5 Demonstração do resultado do período
 - 5.5.1 Estrutura da demonstração do resultado
 - 5.5.2 Conceitos aplicáveis aos elementos da demonstração do resultado
- 5.6 Exemplo numérico

- 5.6.1 Balanço patrimonial inicial
- 5.6.2 Principais eventos econômicos de um período
- 5.6.3 Demonstração do resultado do exercício
- 5.6.4 Balanços patrimoniais comparativos: inicial e final
- 5.7 Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
 - 5.7.1 Conceito geral
 - 5.7.2 A conta de prejuízos acumulados
 - 5.7.3 Destinação dos resultados
 - 5.7.4 A conta de lucros acumulados como conta transitória
 - 5.7.5 Exemplo numérico
- 5.8 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
 - 5.8.1 Conceito geral
 - 5.8.2 DMPL ou lucros acumulados?
 - 5.8.3 Principais mutações
 - 5.8.4 Exemplo numérico
- 5.9 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
 - 5.9.1 Método indireto
 - 5.9.2 Método direto
 - 5.9.3 O conceito de caixa e equivalentes de caixa
 - 5.9.4 Fluxo de caixa das atividades operacionais
 - 5.9.5 Fluxo de caixa das atividades de investimento
 - 5.9.6 Fluxo de caixa das atividades de financiamento
 - 5.9.7 Transações que não envolvem caixa
 - 5.9.8 Aplicações financeiras de longo prazo: classificação como investimento
- 5.10 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
 - 5.10.1 Conceito geral
 - 5.10.2 Estrutura de apresentação
 - 5.10.2.1 Valor adicionado gerado
 - 5.10.2.2 Valor adicionado distribuído
- 5.11 Notas explicativas
 - 5.11.1 Estrutura de apresentação
 - 5.11.2 Principais notas explicativas
- 5.12 Demonstração dos resultados abrangentes
 - 5.12.1 Demonstração dos resultados abrangentes

- 5.13 Resultado das operações descontinuadas
 - 5.13.1 Ajuste das demonstrações contábeis por operações descontinuadas
 - 5.13.2 Exemplo numérico
- 5.14 Ajustes de exercícios anteriores
 - 5.14.1 Evidenciação retrospectiva
 - 5.14.2 Exemplo numérico

Capítulo 6 – ATIVO CIRCULANTE

- 6.1 Disponibilidades: caixa e equivalentes de caixa
 - 6.1.1 Caixa
 - 6.1.2 Bancos
 - 6.1.3 Aplicações financeiras
 - 6.1.3.1 Títulos para negociação
 - 6.1.3.2 Regras gerais de contabilização e mensuração
 - 6.1.3.2.1 Juros compostos *versus* juros simples
 - 6.1.3.2.2 Mensuração após o reconhecimento inicial
 - 6.1.4 Exemplo de contabilização dos tipos de aplicações financeiras
 - 6.1.4.1 Exemplo numérico de contabilização
 - 6.1.4.2 Instrumentos financeiros destinados à venda
- 6.2 Contas a receber de clientes
 - 6.2.1 Receitas bruta e líquida das vendas
 - 6.2.2 Ajuste a valor presente das vendas a prazo com juros embutidos
 - 6.2.3 Exemplo numérico de contabilização
 - 6.2.4 Variação cambial de créditos em moeda estrangeira
- 6.3 Desconto de duplicatas (títulos descontados)
 - 6.3.1 Títulos descontados como empréstimo bancário
 - 6.3.2 Título descontado como passivo contingencial
 - 6.3.3 Procedimento operacional
 - 6.3.4 Passivo circulante ou conta retificadora de ativo?
 - 6.3.5 Exemplo numérico de contabilização
 - 6.3.6 *Factoring*
- 6.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa ou créditos incobráveis
 - 6.4.1 Cálculo da provisão para créditos incobráveis
 - 6.4.2 Critérios fiscais para apuração do valor de provisão para créditos incobráveis

- 6.4.3 Aferição posterior do valor provisionado
- 6.4.4 Exemplo numérico de contabilização
- 6.4.5 Outras provisões
- 6.5 Critérios de avaliação de estoques, apuração do custo das mercadorias vendidas e do consumo de materiais
 - 6.5.1 Mensuração no reconhecimento inicial
 - 6.5.2 Exemplos de mensuração no reconhecimento inicial
 - 6.5.3 Tipos de inventário ou controle de estoques
 - 6.5.4 Controle rotativo do estoque
 - 6.5.5 Apuração do custo das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos
 - 6.5.6 Critérios de avaliação do estoque: Peps, Ueps e Preço Médio Ponderado
 - 6.5.7 Critérios Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (Peps)
 - 6.5.8 Critérios Último a Entrar, Primeiro a Sair (UEPS)
 - 6.5.9 Critério Preço Médio Ponderado (PMP)
 - 6.5.10 Impacto no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período
 - 6.5.11 Qual o melhor critério?
 - 6.5.12 Efeito dos critérios ao longo do tempo
 - 6.5.13 Ajuste ao valor de mercado
 - 6.5.14 Tipos de estoques
 - 6.5.15 Desdobramento do estoque
 - 6.5.16 Estoques industriais
- 6.6 Despesas antecipadas ou despesas do exercício seguinte
 - 6.6.1 Principais eventos que geram despesas antecipadas
 - 6.6.2 Exemplo numérico de contabilização
 - 6.6.3 Outras despesas antecipadas
- 6.7 Juros transcorridos e a transcorrer
 - 6.7.1 Juros transcorridos
 - 6.7.2 Juros a transcorrer ou juros antecipados
 - 6.7.3 Juros a transcorrer como despesa do exercício seguinte

Capítulo 7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

- 7.1 Ativo não circulante
 - 7.1.1 Formatação do ativo na legislação anterior

- 7.1.2 Extinção do ativo diferido
- 7.1.3 Ativo não circulante *versus* ativo permanente
- 7.1.4 Aplicação do conceito de realização
- 7.1.5 Elementos patrimoniais classificados no ativo não circulante
- 7.2 Realizável a longo prazo
- 7.3 Depósitos judiciais
 - 7.3.1 Atualização monetária dos depósitos judiciais
 - 7.3.2 Exemplo numérico de contabilização
- 7.4 Ajustes a valor presente de créditos prefixados de longo prazo
 - 7.4.1 Ajuste a valor presente e taxa de juros efetiva
 - 7.4.2 Taxa a ser aplicada para ajuste a valor presente
 - 7.4.3 Exemplo numérico de contabilização
 - 7.4.4 Ajuste a valor presente como contas retificadoras
- 7.5 Instrumentos financeiros avaliados a valor justo
 - 7.5.1 Resumo dos procedimentos de contabilização dos instrumentos financeiros
 - 7.5.2 Instrumentos financeiros destinados à venda
 - 7.5.3 Exemplo numérico de contabilização
- 7.6 IR/CSLL sobre diferenças temporárias: IR diferido
 - 7.6.1 Tipos de IR diferido
 - 7.6.2 Diferenças temporárias: adições e exclusões do lucro real
 - 7.6.3 Exemplo numérico de contabilização
 - 7.6.4 Comparação da DRE com e sem IR diferido
 - 7.6.5 Apresentação no balanço patrimonial
- 7.7 IR diferido de prejuízos fiscais compensáveis
 - 7.7.1 Aproveitamento dos prejuízos fiscais em exercícios futuros
 - 7.7.2 O prejuízo fiscal gera uma receita de IR/CSLL
 - 7.7.3 Exemplo numérico de contabilização
- 7.8 Outros ativos não circulantes
 - 7.8.1 Ativos não circulantes mantidos para venda
 - 7.8.2 *Hedge accounting* e derivativos
 - 7.8.2.1 *Hedge*
 - 7.8.2.2 Contabilização de *hedges*: *hedge accounting*
 - 7.8.2.3 Categorias de *hedge*

7.8.2.4 Efetividade do *hedge*

7.8.3 Ativos contingentes

Capítulo 8 – INVESTIMENTOS

8.1 Investimentos em coligadas e controladas

8.1.1 Controlada

8.1.2 Coligada

8.1.3 Influência significativa

8.2 Avaliação dos investimentos

8.2.1 Equivalência patrimonial na aquisição

8.2.2 Ágio ou deságio na aquisição de investimentos

8.2.3 Tipos de valores a serem considerados na aquisição de investimentos

8.2.4 Valor contábil

8.2.5 Valor justo da investida

8.2.6 Laudo de avaliação para obtenção do valor justo

8.2.7 Apuração do valor do ágio na aquisição de investimento (*goodwill* adquirido)

8.2.8 Apuração do valor do deságio na aquisição de investimento (compra vantajosa)

8.2.9 Mais ou menos-valia na aquisição de investimentos em coligadas e controladas: a posição fiscal

8.2.10 Apuração do valor da mais ou menos-valia

8.2.11 Aquisição com mais-valia e *goodwill*

8.2.12 Aquisição com menos-valia e *goodwill*

8.2.13 Aquisição com menos-valia e deságio (compra vantajosa)

8.2.14 Aquisição com mais-valia e deságio (compra vantajosa)

8.2.15 Exemplo numérico de contabilização

8.2.15.1 Aquisição de investimento em coligadas e controlada com *goodwill* e mais-valia

8.2.15.2 Aquisição de investimento em coligadas e controlada com *goodwill* e menos-valia

8.2.15.3 Aquisição de investimento em coligadas e controlada com compra vantajosa e mais-valia

8.2.15.4 Aquisição de investimento em coligadas e controlada com compra vantajosa e menos-valia

8.2.16 Método de equivalência patrimonial na mensuração após o reconhecimento inicial

- 8.2.17 Dividendos ou lucros recebidos de coligadas e controladas
- 8.2.18 Teste de recuperabilidade do investimento (*impairment*)
- 8.3 Incorporação de investimentos em coligadas e controladas, alienação de investimentos e posição fiscal
 - 8.3.1 Incorporação de investimento em coligada ou controlada
 - 8.3.2 Exemplo numérico de incorporação total
 - 8.3.3 Alienação de investimentos
 - 8.3.4 Posição fiscal sobre investimentos
- 8.4 Propriedades para investimento
 - 8.4.1 Mensuração no reconhecimento inicial
 - 8.4.2 Mensuração após o reconhecimento inicial
 - 8.4.3 Exemplo numérico de contabilização

Capítulo 9 – IMOBILIZADO

- 9.1 Componentes e características do imobilizado
 - 9.1.1 Características do imobilizado
 - 9.1.2 Imobilizado como ativo fixo
 - 9.1.3 Perda de valor do imobilizado: depreciação e exaustão
 - 9.1.4 Ganho de valor do imobilizado: valorização e reavaliação
 - 9.1.5 Ganho de valor do imobilizado: crescimento vegetativo e ajuste a valor justo
- 9.2 Definição de imobilizar
 - 9.2.1 Definição contábil de imobilizar
 - 9.2.2 Definição fiscal de imobilizar
 - 9.2.3 Reparo, reformas e conservação de bens: despesas *versus* imobilização
- 9.3 Critérios de avaliação
 - 9.3.1 Capitalização do custo dos empréstimos e financiamentos de imobilizados
 - 9.3.2 Exemplo numérico de critério geral de avaliação de imobilizado
 - 9.3.3 Mensuração após o reconhecimento inicial
- 9.4 Depreciação
 - 9.4.1 Depreciação como despesa
 - 9.4.2 Conceitos e critérios para o cálculo da depreciação
 - 9.4.3 Valor de aquisição ou construção
 - 9.4.4 Valor justo

- 9.4.5 Vida útil do bem
- 9.4.6 Valor residual
- 9.4.7 Valor depreciável
- 9.4.8 Valor líquido contábil
- 9.4.9 Taxas de depreciação
- 9.4.10 Depreciação contábil \times depreciação fiscal
- 9.4.11 Tratamento fiscal das diferenças do valor da depreciação contábil *versus* fiscal
- 9.4.12 Exemplo numérico de contabilização de aquisição, depreciação e baixa de imobilizado
- 9.4.13 Apresentação do imobilizado no balanço patrimonial com depreciação
- 9.4.14 Alienação de bens do ativo imobilizado e ganhos de capital
- 9.5 Provisão para desvalorização de imobilizados (*impairment*)
 - 9.5.1 Conceituação de *impairment*
 - 9.5.2 Valor justo de um ativo imobilizado: valor recuperável do ativo
 - 9.5.3 Valor justo de mercado
 - 9.5.4 Valor justo pelo fluxo de caixa descontado: valor em uso
 - 9.5.5 Unidade geradora de caixa
 - 9.5.6 Contabilização do *impairment* pelo teste de recuperabilidade
 - 9.5.7 Reversão do *impairment*
 - 9.5.8 Exemplo numérico de contabilização
 - 9.5.9 Evidenciação no balanço patrimonial
 - 9.5.10 Exemplo de cálculo de valor em uso
 - 9.5.10.1 Fluxo das entradas de caixa
 - 9.5.10.2 Fluxo das saídas de caixa
 - 9.5.11 Utilização do valor de mercado \times valor em uso
- 9.6 Procedimentos gerais para o imobilizado
 - 9.6.1 Aplicação do *impairment* para os ativos
 - 9.6.2 Identificação da necessidade do *impairment*
- 9.7 Capitalização dos juros nos ativos imobilizados
 - 9.7.1 Ativo qualificável e interrupção de capitalização dos juros
 - 9.7.2 Exemplo numérico de contabilização
 - 9.7.2.1 Eventos econômicos
- 9.8 Ativos biológicos
 - 9.8.1 Exemplos de ativos biológicos e produtos agrícolas

- 9.8.2 Classificação e mensuração dos ativos biológicos
- 9.9 Exaustão
 - 9.9.1 Critério de cálculo da exaustão
 - 9.9.2 Exemplo numérico de contabilização
 - 9.9.3 Baixa de investimentos sujeitos à exaustão
- 9.10 Reservas de reavaliação e custo atribuído
 - 9.10.1 ICPC 10 – Custo atribuído
 - 9.10.2 Exemplo numérico de contabilização

Capítulo 10 – **INTANGÍVEL**

- 10.1 Definição, conceituação e identificação
 - 10.1.1 Definição
 - 10.1.2 Conceituação
 - 10.1.3 Identificação
 - 10.1.4 Amortização do intangível: perda de valor ou critério de apropriação como despesa
- 10.2 Ativo diferido *versus* ativo intangível
 - 10.2.1 Ativo diferido antes das novas normas contábeis
 - 10.2.2 Diferenças entre ativo diferido e ativo intangível
- 10.3 Vida útil do ativo intangível e mensuração após o reconhecimento inicial
 - 10.3.1 Vida útil do ativo intangível para pequenas e médias empresas
 - 10.3.2 Critérios para definição da vida útil
 - 10.3.3 Mensuração do ativo intangível após o reconhecimento inicial
 - 10.3.4 Baixa do ativo intangível
 - 10.3.5 Ajuste a valor justo do intangível e procedimentos gerais de contabilização
- 10.4 Tipos de intangíveis
 - 10.4.1 Gastos com pesquisas e desenvolvimento
 - 10.4.2 Gastos com pesquisa
 - 10.4.3 Gastos com desenvolvimento
 - 10.4.4 Gastos com desenvolvimento em pequenas e médias empresas
- 10.5 Amortização do intangível e exemplo de contabilização
 - 10.5.1 Valor residual de intangível
 - 10.5.2 Exemplo numérico de contabilização

Capítulo 11 – PASSIVO CIRCULANTE

- 11.1 Fornecedores
 - 11.1.1 Contas a pagar a fornecedores com ajuste a valor presente dos juros embutidos
 - 11.1.2 Exemplo numérico de contabilização
 - 11.1.3 Obrigações em moeda estrangeira
- 11.2 Folha de pagamento e provisões de férias e 13^a Salário
 - 11.2.1 Verbas salariais
 - 11.2.2 Encargos salariais, sociais e espontâneos
 - 11.2.3 Exemplo numérico de salários e encargos sociais
 - 11.2.4 Provisão de férias e 13^a pelo regime de competência de exercícios
 - 11.2.5 Exemplo numérico de contabilização
- 11.3 Tributos a recolher sobre compra e venda de mercadorias
 - 11.3.1 Regime não cumulativo
 - 11.3.2 Exemplo de nota fiscal de transação com mercadorias e serviços
 - 11.3.3 Exemplo numérico de contabilização no regime não cumulativo
 - 11.3.4 Exemplo de apuração do lucro bruto no regime não cumulativo
 - 11.3.5 Regime cumulativo
 - 11.3.6 Exemplo numérico de contabilização no regime cumulativo
 - 11.3.7 Exemplo de apuração do lucro bruto no regime cumulativo
 - 11.3.8 ISS, Simples e ICMS de substituição tributária
- 11.4 Tributos a recolher sobre os lucros
 - 11.4.1 Opções de enquadramento nos regimes de tributação pelas empresas contribuintes
 - 11.4.2 Tributos sobre o lucro
 - 11.4.3 Período de apuração e recolhimento
 - 11.4.4 Base de cálculo
 - 11.4.5 Regime de lucro presumido
 - 11.4.6 Lucro arbitrado
 - 11.4.7 Lucro real
 - 11.4.8 Exemplo numérico de contabilização
- 11.5 Outros tributos sobre receitas
 - 11.5.1 Tributos sobre receitas financeiras
 - 11.5.2 INSS calculado sobre a receita bruta
- 11.6 Juros sobre o capital próprio, dividendos e lucros a distribuir

- 11.6.1 Base de cálculo geral para distribuição de lucros
- 11.6.2 Base de cálculo para os juros sobre o capital próprio (JSCP)
- 11.6.3 Diferenças de tributação para as modalidades de distribuição de lucros
- 11.6.4 Classificação contábil e tributária
- 11.6.5 Exemplo numérico de contabilização

Capítulo 12 – **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

- 12.1 Financiamento de longo prazo por *leasing* financeiro (arrendamento mercantil)
 - 12.1.1 *Leasing* operacional
 - 12.1.2 *Leasing* financeiro
 - 12.1.3 Essência sobre a forma
 - 12.1.4 Exemplo numérico de contabilização: empresa arrendatária
 - 12.1.5 Apresentação no balanço patrimonial
 - 12.1.6 Posição fiscal
 - 12.1.7 Contabilidade na empresa arrendadora
- 12.2 Provisão para passivos eventuais ou contingentes
 - 12.2.1 Avaliação da probabilidade de ocorrer a despesa
 - 12.2.2 Passivo contingente
 - 12.2.3 Reconhecimento como despesa das provisões
 - 12.2.4 Principais tipos de provisões contabilizáveis
 - 12.2.5 Exemplo numérico de contabilização
- 12.3 IR diferido sobre diferenças temporárias
 - 12.3.1 Tributos sobre o lucro diferidos
 - 12.3.2 Diferenças temporárias e permanentes
 - 12.3.3 Exemplo numérico de contabilização
 - 12.3.4 Demonstração do resultado com IR diferido
 - 12.3.5 Alíquota nominal e alíquota efetiva
 - 12.3.6 Outras situações do IR diferido de diferenças temporárias
 - 12.3.7 Apresentação no balanço patrimonial
- 12.4 Outros exemplos de passivos não circulantes
 - 12.4.1 Debêntures
 - 12.4.2 Partes beneficiárias
 - 12.4.3 Passivo atuarial de planos de previdência privada
 - 12.4.4 Parcelamentos tributários de tributos em atraso

12.4.5 Contrato de mútuo com empresas relacionadas ou vinculadas

Capítulo 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 13.1 Composição básica do patrimônio líquido
 - 13.1.1 Lucros não distribuídos
 - 13.1.2 Reservas
- 13.2 Capital social e reservas de capital
 - 13.2.1 Ações ou cotas do capital social
 - 13.2.2 Tipos ou classes de ações ou cotas
 - 13.2.3 Reservas de capital
 - 13.2.4 Exemplo numérico de contabilização
 - 13.2.5 Despesas com emissão de ações
- 13.3 Ações em tesouraria
 - 13.3.1 Motivos principais para ações em tesouraria
 - 13.3.2 Exemplo numérico de contabilização
- 13.4 Reserva legal e reservas de lucros
 - 13.4.1 Reserva legal
 - 13.4.2 Reservas de lucros
 - 13.4.3 Exemplo numérico de contabilização
- 13.5 Reserva de incentivos fiscais
 - 13.5.1 Doações governamentais para investimentos
 - 13.5.2 Exemplo numérico de contabilização
- 13.6 Reservas de reavaliação e custo atribuído
 - 13.6.1 O que é reavaliação
 - 13.6.2 Reavaliação a preços de mercado
 - 13.6.3 Contabilização da reavaliação na legislação até 31.12.2007
 - 13.6.4 Depreciação da reavaliação e ajuste da reserva de reavaliação
 - 13.6.5 ICPC 10 – Custo atribuído
 - 13.6.6 Exemplo numérico de contabilização
- 13.7 Lucros ou prejuízos acumulados
 - 13.7.1 Conta de lucros acumulados e sua movimentação
 - 13.7.2 Conta de prejuízos acumulados
 - 13.7.3 Compensação de prejuízos acumulados e prejuízo do exercício
 - 13.7.4 Conta de lucros acumulados para PMEs
- 13.8 Ajustes de avaliação patrimonial

- 13.8.1 Utilização da conta de ajustes de avaliação patrimonial
- 13.8.2 Conta de ajustes de avaliação patrimonial como saldo provisório
- 13.8.3 Exemplo numérico de contabilização
- 13.9 Limite e utilização das reservas
 - 13.9.1 Reserva legal
 - 13.9.2 Reserva de lucros
 - 13.9.3 Reservas de capital
- 13.10 Outras reservas
 - 13.10.1 Reservas estatutárias
 - 13.10.2 Reservas para contingências
 - 13.10.3 Reserva de lucros a realizar
 - 13.10.4 Reversão de reservas
- 13.11 Demonstração dos resultados abrangentes
 - 13.11.1 Demonstração dos resultados abrangentes e demonstração do resultado do exercício
 - 13.11.2 Eventos que compõem a demonstração dos resultados abrangentes
- 13.12 Passivo a descoberto

Capítulo 14 – **EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: MODELO EXPANDIDO**

- 14.1 Balanço patrimonial inicial em 31.12.X0
- 14.2 Dados e eventos econômicos do exercício contábil do ano de X1
- 14.3 Lançamentos contábeis no razão simplificado de conta tê
- 14.4 Demonstração da conta de lucros & perdas do exercício do ano X1
- 14.5 Balanço patrimonial comparativo: 31.12.X0 e 31.12.X1
- 14.6 Demonstração do resultado do exercício do ano de X1
- 14.7 Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
- 14.8 Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício de X1
- 14.9 Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto
- 14.10 Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto
- 14.11 Demonstração do valor adicionado

Capítulo 15 – **CONTABILIDADE DE CUSTOS**

- 15.1 Escopo da contabilidade de custos

- 15.1.1 A questão do custo unitário dos produtos e serviços
- 15.1.2 Objetivos da contabilidade de custos
- 15.2 Definições e terminologias básicas
 - 15.2.1 Gastos
 - 15.2.2 Custos
 - 15.2.3 Despesas
 - 15.2.4 Investimentos
 - 15.2.5 Custos e despesas na demonstração do resultado do exercício
 - 15.2.6 Perdas
 - 15.2.7 Perda por operar com capacidade ociosa
 - 15.2.8 Apuração da perda por capacidade ociosa
 - 15.2.9 Prejuízo
 - 15.2.10 Tipos de custos
- 15.3 Classificação dos custos
 - 15.3.1 Classificação em relação aos objetos de custos
 - 15.3.2 Custos diretos
 - 15.3.3 Custos indiretos
 - 15.3.4 Classificação em relação ao volume produzido: comportamento dos custos
 - 15.3.5 Custos variáveis
 - 15.3.6 Custos fixos
 - 15.3.7 Custos semifixos
 - 15.3.8 Custos semivariáveis
 - 15.3.9 Representação gráfica do comportamento dos custos
 - 15.3.10 Custo fixo e intervalo relevante de produção
 - 15.3.11 Mão de obra direta como custo direto e variável
- 15.4 Mensuração do custo dos recursos
 - 15.4.1 Mensuração do custo dos materiais diretos
 - 15.4.2 Mensuração do custo da mão de obra
 - 15.4.3 Mensuração dos demais gastos e da depreciação
- 15.5 Estrutura das informações e custeamento unitário dos produtos e serviços
 - 15.5.1 Esquema geral para obtenção do custo unitário
 - 15.5.2 Estrutura do produto
 - 15.5.3 Roteiro de fabricação
 - 15.5.4 Departamentalização: unidades de acumulação de custos

- 15.5.5 Exemplo de custeamento unitário da estrutura do produto
- 15.5.6 Apuração do custo horário para custeamento do roteiro de fabricação
- 15.5.7 Apuração do custo do roteiro de fabricação
- 15.5.8 Apuração do índice de absorção ou rateio
- 15.5.9 Apuração do custo unitário indireto de fabricação
- 15.5.10 Apuração do custo unitário total do produto
- 15.6 Métodos de custeio
 - 15.6.1 Fundamentos dos métodos de custeio
 - 15.6.2 Apuração do custo unitário: custos diretos e indiretos
 - 15.6.3 Abordagens básicas
 - 15.6.4 Gastos do período e para os produtos
 - 15.6.5 Visão geral dos métodos
 - 15.6.6 Exemplo numérico com vários métodos
 - 15.6.7 Custeamento por absorção
 - 15.6.8 Custeamento por absorção – solução alternativa
 - 15.6.9 Custeamento por atividades (ABC)
 - 15.6.10 Principais constatações: absorção \times ABC
 - 15.6.11 Custeamento direto/variável
 - 15.6.12 O melhor método de custeio: custeio direto/variável
 - 15.6.13 Utilização de métodos que contenham absorção de gastos indiretos/fixos
 - 15.6.14 Custeamento por absorção: obrigatório pela legislação
- 15.7 Valorização dos estoques industriais
 - 15.7.1 Estoque de materiais
 - 15.7.2 Estoque de produção em elaboração ou processo
 - 15.7.3 Estoque de produtos acabados
 - 15.7.4 Custo integrado e coordenado com a contabilidade
 - 15.7.5 Exemplo de contabilização do custo integrado e coordenado
 - 15.7.6 Custo arbitrado para fins tributários

Capítulo 16 – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 16.1 Fundamentos
- 16.2 Demonstrações contábeis como base para análise de balanços
 - 16.2.1 Caracterização e objetivos
 - 16.2.2 Principais usuários

- 16.2.3 Abordagem gerencial
- 16.2.4 Limitações
- 16.2.5 Instrumentos da análise de balanço
- 16.3 Análise horizontal
 - 16.3.1 Análise horizontal nominal
 - 16.3.2 Análise horizontal real
 - 16.3.3 Análise horizontal inter-relacionada
 - 16.3.4 Análise vertical
 - 16.3.5 Análise vertical do balanço patrimonial
 - 16.3.6 Análise vertical da demonstração do resultado
 - 16.3.7 Principais limitações
- 16.4 Indicadores econômico-financeiros
 - 16.4.1 Tipos de indicadores econômico-financeiros
 - 16.4.2 Conjunto mínimo de indicadores
- 16.5 Indicadores de liquidez e solvência
 - 16.5.1 A liquidez é um índice estático
 - 16.5.2 Nem toda liquidez pode ser utilizada
 - 16.5.3 Liquidez corrente ou de curto prazo
 - 16.5.4 Liquidez seca (sem estoques)
 - 16.5.5 Liquidez imediata
 - 16.5.6 Liquidez geral
 - 16.5.7 Endividamento geral
 - 16.5.8 Endividamento financeiro
- 16.6 Indicadores de atividade
 - 16.6.1 Forma de apresentação dos indicadores de atividade
 - 16.6.2 Prazo médio de recebimento
 - 16.6.3 Prazo médio de estocagem
 - 16.6.4 Prazo médio de pagamento
 - 16.6.5 Giro do ativo e do patrimônio líquido
- 16.7 Indicadores de lucratividade e rentabilidade
 - 16.7.1 Margem operacional
 - 16.7.2 Margem líquida
 - 16.7.3 Retorno sobre o patrimônio líquido
- 16.8 Avaliação geral

- 16.8.1 Objetivos da avaliação geral
- 16.8.2 Interpretação conjunta dos indicadores e avaliação geral
- 16.9 Análise avançada de rentabilidade
 - 16.9.1 Resultado financeiro *versus* resultado operacional
 - 16.9.2 Atividades financeiras na empresa
 - 16.9.3 Visão geral do balanço para análise de rentabilidade
 - 16.9.4 Decomposição da análise da rentabilidade do ativo: Método Dupont
 - 16.9.5 Giro do ativo ou do investimento
 - 16.9.6 Lucratividade ou margem de lucro
 - 16.9.7 Rentabilidade do ativo operacional
 - 16.9.8 Ativo operacional
 - 16.9.9 Passivo operacional
 - 16.9.10 Lucro operacional e rentabilidade do ativo
 - 16.9.11 Custo de capital e custo do capital de terceiros
 - 16.9.12 Rentabilidade do patrimônio líquido
 - 16.9.13 Decomposição da análise da rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido
- 16.10 Análise da geração de lucro
 - 16.10.1 Fluxo de caixa pelo método indireto
 - 16.10.2 Lucro gerado pelas operações
 - 16.10.3 Lucro gerado para o caixa
 - 16.10.4 Ebitda: interpretação e utilização
 - 16.10.5 EVA – Valor econômico adicionado